

Definição de Prioridades

60m. Brasil
JORNAL DO BRASIL

Após um ano de estabilização, os preços mostram que também podem cair no Brasil. Numa economia intoxicada há 30 anos pela indexação de preços e salários à inflação passada, é um ótimo sinal. Reforça a posição dos que defendem passos mais firmes em direção à desindexação total.

A deflação de 5,03% no índice do atacado dos produtos agrícolas foi o principal fator da baixa da inflação a 0,58% (a menor do real) em maio. A baixa dos produtos do campo — devido à supersafra de hortigranjeiros e à queda dos preços internacionais das *commodities* — explica a grita da bancada de fazendeiros do Congresso contra os juros.

Mas sugere também que há margem para o governo enfrentar as pressões por remarcações à véspera do primeiro aniversário do Plano Real. O reajuste das tarifas de serviços públicos, iniciada pelos táxis e ônibus do Rio, reproduz o velho hábito de repassar a inflação sem medir o peso efetivo dos custos. O governo paulista já anunciou aumentos das tarifas de água e gás canalizado, mas apenas o gás pesa no custo de algumas exportações.

O governo deve definir logo o que pretende das tarifas públicas federais, para que os empresários não fiquem sem orientação em relação ao câmbio. A agitação recente nos mercados financeiros deve-se mais a isso do que às versões encontradas sobre o déficit comercial de maio.

O desenvolvimento favorável das reformas

econômicas no texto da Constituição anima o governo a concluir a desindexação geral. O rompimento com o modelo de desenvolvimento econômico patrocinado pelo Estado, incluindo os monopólios estatais, pede o corte do cordão umbilical com o passado de déficits públicos e desequilíbrios estruturais do Estado. A correção monetária é o único meio que o Estado tem de conquistar a credibilidade dos poupadores nacionais para financiarem os seus déficits. O fim da indexação significa que o governo está disposto a reduzir o Estado, torná-lo eficiente e submetê-lo à disciplina fiscal.

Enquanto isso, o governo pode aproveitar a troca no Banco Central para calibrar os juros reais. A queda da inflação, projetada nos mercados futuros de juros, indica que os agentes econômicos consideram correta a política econômica. O espaço para os juros caírem é a enorme diferença entre o que se paga ao aplicador e o que se cobra do tomador de crédito. No custo final, o aplicador fica com 23%, o banco com 22% e os impostos e recolhimentos compulsórios com a parte do leão: 55%.

O fim da sobretaxa de 15% sobre os créditos bancários pressupõe que a redução do custo dos empréstimos passa pela diminuição dos compulsórios recolhidos ao Banco Central. A queda dos impostos, como o IOF, dependeria da evolução do ajuste fiscal e da própria reforma tributária na Constituição. A pressa, no caso, seria amiga da inflação.